

PARTE II

CULTURA POPULAR E LIBERTAÇÃO

Capítulo 6

*CULTURA IMPERIAL, CULTURA ILUSTRADA E LIBERTAÇÃO DA CULTURA POPULAR*¹

Na América Latina "vêm-se a um tempo duas civilizações diferentes num mesmo solo: uma nascente, que sem conhecimento do que possui sobre sua cabeça está arremedando os esforços ingênuos e populares da Idade Média; outra que, sem cuidar-se do que tem a seus pés, tenta realizar os últimos resultados da civilização européia. O século XIX e o século XII vivem juntos: um dentro das cidades, o outro nas campanhas. (...) (Trata-se) da luta entre a civilização européia e a barbárie indígena, entre a inteligência e a matéria, luta imponente na América".²

Este texto visa a ser a hermenêutica e a crítica do texto de Sarmiento, exposto acima. Nesse texto, encontra-se uma interpretação oposta à que defenderemos, que no século XIX significou uma autêntica filosofia da história do americano.

1. Este texto foi uma conferencia proferida na *IV Semana Academica* da Universidade del Salvador de Buenos Aires, no dia 16 de agosto de 1973, e disso decorre seu estilo oral sem grande riqueza de vocabulário. No entanto, como em outras oportunidades, acreditamos que este possa ser útil mesmo na forma em que está escrito.

2. SARMIENTO, Domingo Faustino, *Facundo*, Buenos Aires, Losada, 1967, pp. 39 e 51.

6.1. DEPENDENCIA CULTURAL

O texto de Sarmiento, em *Facundo*, é realmente genial. Sarmiento tinha uma profunda inteligência e não sem motivo, então, expressa o que pensa toda a geração da segunda parte do século XIX. Esta filosofia da história é a que gostaria de tomar como ponto de partida e quase como anteposição ao que quero expor.

Situando este texto adequadamente, podemos observar que se formula a questão da seguinte maneira. Num "mesmo solo", diz, há "duas civilizações diferentes", "uma nascente" (no sentido de que *nasce* nesta terra, que é original) e a "outra que, sem cuidar do que tem a seus pés, tenta realizar os últimos resultados da civilização *européia*". De tal maneira que antepõe duas civilizações: uma é a inteligência, a outra é a matéria. Sarmiento, talvez sem sabê-lo de maneira explícita, está empregando um termo técnico: a "inteligência" é razão, o *logos*. A "matéria" é a indeterminação, o não-ser. De um lado está a razão, o *logos*; do outro o não-ser. Uma é a "civilização" e outra é a "barbárie". Estes termos são técnicos, porque se fôssemos ao pensamento pré-socrático, o encontraríamos com a mesma exatidão. Heráclito diz que "o *logos* é o muro que protege a cidade". Para além do muro está o não-ser, a barbárie. E nisto reúnem-se tanto Heráclito como Parmênides, mestres da grande ontologia imperial e colonizadora.

Uma civilização, afirma Sarmiento, é bárbara, matéria bruta. Em outro trecho, escreve que tanto o indígena como o tártaro são asiáticos. Relaciona-os com o árabe, com o maometano, pastoril, abraâmico, selvagem e nomade. Afirma que esta cultura é a dos beduínos do deserto, que é igual a do americano. No fundo, o fruto dessa barbárie é o mestiço, o "gaúcho".*

*. N.T.: Domingo F. Sarmiento (1811-1888), importante político, escritor e pedagogo argentino, em seu livro *Facundo, civilización y barbarie*, chama de "gaúcho" o camponês que, nos séculos XVIII e XIX, habitava a região dos pampas especialmente na Argentina. O "gaúcho" caracterizava-se pela rudeza e pelo pouco refinamento de seus modos, bem como por sua extrema habilidade de lidar com o cavalo e com o gado.

Antepõe-se ao campo a civilização hispano-européia, mais européia que hispânica, mais norte-americana que européia, que é a inteligência, a luz; usa ainda a palavra consciência, o ser e a cidade. É o fraque contra o poncho. Não esqueçamos que o poncho era fiado por sua mãe na provinciana cidade de San Juan, na Argentina. Não seria exagero usar o método psicanalítico para desentranhar este texto. A primeira conciliação das "duas" civilizações no processo da conquista foi o extermínio de uma civilização em favor de outra e, por isso, a alienação irreversível do ameríndio.

Citaremos agora alguns textos muito conhecidos para que possamos lembrar que houve um outro mundo além do europeu e que, pela lógica da dominação, foi reduzido a um ente, em coisa à disposição da civilização do "centro". O ameríndio é o Outro, negatividade metafísica negada.

6.1.1. Uma história a ser interpretada

Quando o espanhol chegou à América, estabeleceu-se o primeiro "cara a cara": Colombo viu índios; Cortés descobriu a cultura asteca e Pizarro, a inca. Assim, cada um dos conquistadores enfrentou os índios. Este índio tinha um mundo. Para ilustrá-lo um pouco, vejamos um belo texto do *Popol Vuh*, da grande cultura quiché: "Esta é a relação de como tudo estava em suspenso, tudo em calma e em silêncio, tudo imóvel e calado e vazia a extensão do céu. Esta é a primeira relação, o primeiro discurso; não havia ainda um homem, nenhum animal, pássaros, peixes, caranguejos, árvores, pedras, fogo, barrancos, ervas e bosques. Apenas o céu existia. Não se havia manifestado a face da terra, apenas estavam o mar em calma e o céu em toda sua extensão" (primeiro parágrafo do livro sagrado).

De tal maneira que havia um mundo, outro além do hispânico. Mas este mundo foi dominado e a dominação dessa exterioridade significa o primeiro processo de alienação na América. O índio com seu mundo é interiorizado na totalidade hispano-americana e posto a serviço do dominador. O indígena é mão-de-obra. Esta dominação do "senhor" sobre o servo faz-

se em nome de um projeto histórico. Tomemos um pequeno texto para pensar qual foi esse projeto histórico.

Diz Bartomé de las Casas, em sua obra *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, que um grupo de índios comentou o seguinte: "Não o fazem apenas por isso, mas porque tem um deus ao qual adoram e querem muito e por quererem que nós o adoremos, fazem-nos trabalhar, condenam-nos e nos matam. Tinha consigo algumas cestinhas repletas de ouro em jóias e disse (o índio): *Veja aqui o deus dos cristãos* (mostrando o ouro); *se lhes parecer bem, vamos fazer Areitos* (que são dançass) *e talvez lhe agrademos e ele lhes ordenará que não nos façam mal*. Disseram todos em voz alta: *Assim será, assim será*. Dançaram em sua frente até que todos se cansaram e depois disse o senhor Hatuey: *Veja, como quer que seja, se o guardarmos, para podermos tirá-lo todo, acabarilo matando a todos nós, despejemos entilo tudo no rio*. Todos votaram que assim se fizesse e, assim, despejaram-no num grande rio".³

O novo deus era o ouro. Era o "projeto" de *estar-na-riqueza*. Para que era utilizado o índio? No fundo, era para enriquecer o espanhol e para extrair o ouro e a prata que depois seriam enviados para a Espanha. Com o tempo, passava-se aos bancos de Londres e, por Veneza e Gênova, chegou até o Império da China. "Enriquecer" era o novo projeto do homem burguês europeu que imolava o Outro, o índio, para obter o poder.

Um pequeno texto oriundo da nossa região de origem argentino-chilena pode ajudar-nos a entender o fato. Diz um bispo de Santiago em 1626: "Por enquanto em nenhuma outra parte nosso bispado está mais carente de serviço espiritual que na província de Cuyo, e este é muito difícil de ser colocado, porque depende em grande parte das coisas temporais. Como é possível que retirem os índios dessa província e os tragam para esta cidade de Santiago e seus arredores, passando pela Cordillera nevada, que já foi sepultura de grande número de homens, mulheres e crianças, que por fome, rigor do tempo, ventos e frio excessivo, e muitas vezes, acorrentados como escravos para que

3. *Brevísima destrucción*, Buenos Aires, Eudeba, 1966, p. 46.

não retomem a suas terras, padecem miseravelmente, que só de pensar causa compaixão e horror que tal se fizesse entre gente crista".⁴ A Argentina, que acredita ter a honra de não ter mais índios, não os tem porque os matou de tal forma que há uma culpa original com respeito a nosso solo. Esta primeira conciliação (do conquistador e o índio) é o estabelecimento de uma verdadeira dialética "do senhor e do escravo", onde o hispânico domina irreversivelmente a cultura indígena.

O fruto do concubinato entre o conquistador hispânico, que é um macho, e a índia, com a qual se deita, é o mestiço. O mestiço é o homem latino-americano propriamente dito, e daí também que se estabeleça uma dominação intema e outra externa. O "norte-atlântico" domina "*a partir de fora*", mas também "*a partir de dentro*". Consideraremos a forma de dominação da cultura colonial, embora continue fazendo-o como dominação da cultura da periferia neocolonial, nas nações emancipadas, através da oligarquia e das capitais, pela destruição do federalismo. O mestiço, o gaúcho, o "cabecita negra" de Buenos Aires, é o portador do que Saúl Taborda, um grande pedagogo de Córdoba, em seu livro *Investigaciones pedagógicas*, chama de, em contraposição a Sarmiento, "o facúndico".⁵ O facúndico é um revalorizar os conteúdos do projeto do povo, tal como o fez o caudilho ainda aristocrata de La Rioja; no entanto, por ser *montonero* (guerrilheiro), federal e provinciano, manifestou algo que não apenas é negado pelo "centro imperial", mas também pelo "centro nacional". A dependência é "interna" e "externa" em todos os países latino-americanos. O europeu dominou o índio; o burocrata hispânico, o rei, o vice-rei, o bispo (...) dominou o crioulo; a oligarquia crioula dominou um povo mestiço; a cidade branca europeizada e do "centro" dominou o campo e todo o interior; a burguesia nacional dominou o trabalhador industrial ou os camponeses; a cultura patriarcal dominou a juventude. Pode-se dizer que há muitos tipos de *dominação* e há muitos tipos também de *dependência*. "O facúndico", como

4. *I Sínodo de Santiago* (AGI. Audiencia de Chile. 65);

5. TABORDA. Saúl. *Investigaciones pedagógicas*. I. Córdoba. Ateneo Filosófico. 1951. pp. 210s.

categoria interpretativa, seria então o alienado no sistema internacional imperial e no nacional liberal, mas é, ao mesmo tempo, a *exterioridade* de uma cultura popular, a do povo, a das províncias que esperam o momento de sua libertação. Pode-se dizer que a questão não é apenas "nação-império", mas também é "centro-periferia nacional".

Primeiramente, abordaremos toda uma questão no âmbito das Ciências Econômicas, embora resumidamente, para depois passar para as "Ciências do Espírito", a Filosofia.

6.1.2. Desenvolvimentismo e independência

Afirma Sarmiento no mesmo texto: "O progresso está sufocado porque não pode haver progresso sem a posse permanente do solo, sem a cidade que é a que desenvolve a capacidade industrial do homem e lhe permite estender suas aquisições". Há todo um modelo de desenvolvimento e é o modelo progressista da segunda metade do século XIX. "Posse permanente do solo"! Isto explica a "conquista do deserto", realizada por um herói nacional da Argentina, o general Roca, que vai até a Patagônia matar índios e logo entrega essas terras a seus lugar-tenentes guerreiros. Essas terras são dadas com exclusividade a um proprietário urbano. Sarmiento pensa que "sem a cidade" não se "desenvolve a capacidade industrial". Dessa forma, os proprietários das terras roubadas aos índios vão viver na capital federal. E, de lá, dominarão o interior do país. Este modelo cumpriu-se em grande parte.

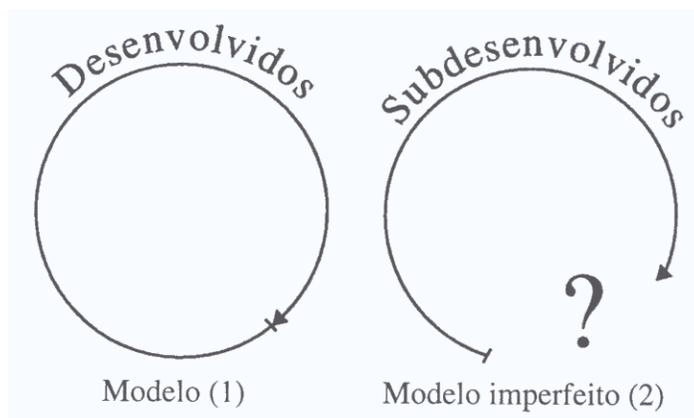
A crise da doutrina econômica do desenvolvimento permitiu a Ciência do espírito latino-americana produzir o avanço que se está realizando. A partir da sócio-economia, o tema passa a outras ciências, entre elas a Filosofia, por exemplo, e é assim que começamos a tomar consciência de nossa exterioridade do centro europeu, russo, americano.

A crise de 1930 produz uma perda do poder nas incipientes burguesias nacionais. Elas devem pagar pelos problemas da economia mundial, em geral, perdendo o poder; em muitos de nossos países latino-americanos surge uma nova classe

social que toma o poder, é a classe militar, por falência do poder nas burguesias, que chegaram tarde demais no processo mundial. Desta crise dos anos 30, de certa forma, a América Latina já não se recupera mais. Entretanto, no período da Segunda Guerra, graças ao alto custo das matérias-primas na Europa, há um certo florescimento na América Latina e, especialmente na Argentina. Daí que nos anos 40 a 50 ocorra um auge, com uma próspera alegria. Dos anos 50 aos 60, produz-se o reequipamento e reorganização do "centro", que lança novamente nossos países subdesenvolvidos numa crise que, desta vez, é ininterrupta. O que se segue dos anos 60 aos 70 nos fará pensar em como sair desse estado de subdesenvolvimento. Assim surgirá a "doutrina do desenvolvimento".

A "doutrina do desenvolvimento", essencial e culturalmente, significa o seguinte: há países desenvolvidos com um modelo específico ou mecanismo de sua economia; há países subdesenvolvidos com deficiências com respeito a esse modelo.

ESQUEMA I



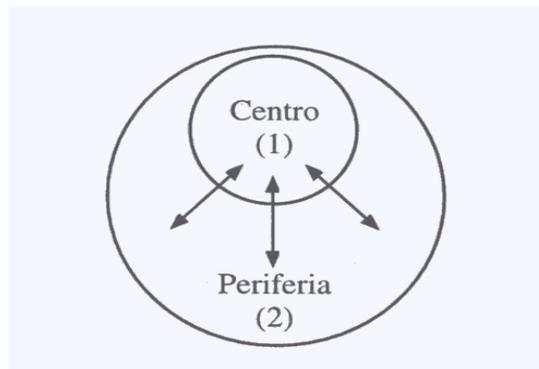
Os países desenvolvidos (1) possuem certo modelo; os países subdesenvolvidos (2) têm o mesmo modelo, porém defeituoso. Era preciso, então, imitar aquele modelo e, portanto,

progredir e desenvolver-se até identificar-se com ele. Qual é a metodologia? Estudar o modelo dos países desenvolvidos. Concluiu-se que é essencial o investimento estrangeiro nos países desenvolvidos, é necessária a ajuda técnica e, num certo tempo, se produziria a "decolagem". Há que superar obstáculos sociais, políticos, institucionais e religiosos. Além disso, acredita-se que estes países poderiam, em um certo tempo e não muito longo, conseguir igualar-se as grandes potências –Estados Unidos, Rússia, Canadá, à Europa e outros.

Mas, já desde 1960, começaram a aparecer os limites deste modelo. Neste modelo toda a nossa economia era "para fora", porque éramos países exportadores. Então, pensou-se que o desenvolvimento viria através de um desenvolvimento "para dentro", isto é, pela industrialização. Era preciso construir toda a infra-estrutura. Os resultados gerais foram os seguintes: controle da economia interna, transferência dos centros de decisão para a nação, enfraquecimento da oligarquia improdutiva, seja ela importadora ou comercial; redistribuição dos recursos e o aprimoramento técnico, científico e cultural. No entanto, foi-se percebendo que a questão não era essa. Por isso, dos anos 60 aos 70 produziu-se a crise do modelo de desenvolvimento e, em grande parte, os argumentos são dados por alguém que não é um revolucionário, e sim um neocapitalista argentino, Prebisch. Na primeira reunião da Untac, em 1964, Prebisch mostrou que a questão é muito grave porque vem de muito longe. De qualquer forma, viu-se que a industrialização incipiente era apenas uma transferência das importações, com o que a única coisa que a indústria nacional fez foi importar também para o país o problema social como crise. Continuou-se dependendo, e em maior grau, porque as patentes compradas para a indústria nacional significavam uma nova sangria no orçamento; por outro lado deveriam ser importadas as máquinas que, por sua vez, fabricassem o produto manufaturado; fazendo com que a dependência fosse muito maior do que a já existente antes. Se a isto acrescentássemos o nascimento dos grandes conglomerados internacionais, com novos métodos econômicos de venda e corrupção, o desenvolvimento da forma como havia sido proposto era simples mente uma utopia.

Foi assim, então, que surgiu a "doutrina da dependência" em seu nível sócio-econômico. Hoje é um dever para todo latino-americano que cultive qualquer ciência Humana ler esta literatura, como as obras de Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe, Theotonio dos Santos, Hinkelammert, e até o grande economista africano Amin Samir, com seu livro *A acumulação em escala mundial*. Citamos este último em especial porque é um crítico criador a partir da experiência africana e discípulo teórico de latino-americanos. O que já se descobriu? Que não existe tal modelo desenvolvimentista. Ocorre que os países do "centro" desenvolvido são desenvolvidos porque exploraram os países coloniais. Não existe então uma relação entre um país e outro como se fossem dois sistemas separados.

ESQUEMA II



A questão deve ser discutida no nível intemacional, onde (1) é o "centro" e (2) a "periferia", de tal forma que não seriam duas totalidades independentes, e sim "partes" de uma única *totalidade*: o mercado intemacional. Esta visão permite refazer a História e descobrir que a partir da origem do mundo moderno há uma injustiça radical. O que interessará à Filosofia é esta injustiça, a primeira de todo um processo que leva já mais de cinco séculos. O que aconteceu?

A Europa ficara como que enclausurada pelo mundo árabe e não podia avançar para o Oriente, onde fracassara com as cruzadas, e nem para o Sul, porque os árabes também ocupavam a África. O único lugar que restava à Europa para expandir-se eram suas costas atlânticas. Não é nenhum milagre que sejam Portugal e Espanha os que primeiro se lançam, com Henrique, o Navegante, à conquista do norte da África. Logo, a Espanha avançará para as ilhas do Atlântico até chegar à América, descoberta por acaso; é um continente inesperado. Esta expansão europeia pela parte ocidental faz com que se descubra primeiro a América Latina e, depois, rodeando toda a África, chegue-se até a Índia e a China. De repente, as sete *ecumenes* existentes, cada uma das quais se acreditava única (o mundo latino, o mundo árabe, a Índia, o sudeste asiático e a China; o grande conglomerado maia-asteca e inca), são unificadas pela Europa. Surge assim uma só *ecumene* mundial, em cujo "centro" está agora a Europa. Este processo não é econômico apenas, mas também é cultural, político, filosófico, teológico; dá-se em todos os níveis da humanidade, porque é relação homem-homem. Estabelece-se um pacto mercantil colonial, extrai-se ouro e prata da América e lhe são devolvidos produtos semi-elaborados como azeite e vinho. No século XVI, retiram-se da América Latina mais de 20 bilhões de maravedis de produtos e são devolvidos apenas um milhão e meio de maravedis em seu lugar. Isto quer dizer que se produz uma "balança" favorável de pagamentos da América: a Espanha deveria 18 bilhões e meio de maravedis. Esta balança favorável de mais de 80% com respeito ao intercâmbio total foi simplesmente levada à Europa sem intenção de pagamento; é uma pilhagem. E aqui começa, então, a acumulação originária na Europa, que depois o capitalismo iria multiplicar, como explica Sombart em seus estudos econômico-históricos. A dependência do ponto de vista estritamente econômico, como descrevera Adam Smith já em 1776, em sua obra *Pesquisa sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, num dos últimos capítulos, ao estudar a economia colonial, afirma: "é necessário que no intercâmbio com essas colônias tiremos vantagem em favor

de nossos produtos". Não há aqui *mais-valia* colonial. Aqui se indica o que a nova doutrina da dependencia descreverá em pleno século XX, e que a partir de 1965 vai-se definindo graças a autores latino-americanos como Gunder Frank. O que é então, do ponto de vista econômico, a *dependência*? Simplesmente o fato de que certos países, concretamente os do Atlântico Norte, puderam expandir-se porque se apropriaram de certos bens das colônias, produzindo-se assim certa acumulação original que depois se reproduzirá, primeiramente, com as grandes indústrias do luxo, como são os tecidos, os perfumes e uma série de indústrias secundárias que reproduzem enormemente o capital. Esta primeira acumulação está banhada com o sangue do índio, está envolta na "pele dos escravos da Africa", e dos chineses da "Guerra do Ópio". São povos inteiros os que foram "trocados" e imolados ao deus ouro.

6.1.3. *Dependência cultural: centro dominante, oligarquia e cultura popular*

O que nos interessa, agora, é ver como essa dependencia é primeira e simultaneamente uma dependencia cultural. Isto é: o que significa o fato de que uma cultura domina outra? Esta dominação cultural realiza-se no próprio instante em que o espanhol pisou a América e, logo, o fará o português, o holandês, o inglês, o francês e o americano. Porque, ao mesmo tempo que a Espanha conquista o Atlântico, os russos conquistam a Sibéria em pleno século XVII, ao chegar até Kamchaka, enquanto que a Espanha conquistou até as Filipinas. Dessa maneira, a Europa se expande por suas duas regiões limítrofes que são Espanha e Rússia. Este homem moderno europeu é o homem que a Filosofia define como um *ego*. No pensamento medieval este *ego*, pessoa, afirmava-se como uma transcendência numa relação teológica; mas desaparecendo o Deus medieval como experiência atemporal do homem moderno europeu, o *ego* fica sozinho, e por isto então o *ego*, primeiro, diz: "Eu conquisto". Temos então Cortés e Pizarro, os heróis conquistadores, exaltados por Nietzsche. Esse *ego* avança ontologicamente como

seu próprio fundamento, quando Descartes, um século e meio depois da conquista da América, mas com relação direta ao referido acontecimento, diz: "Eu penso". Este "eu que pensa" avança como o fundamento do início de um discurso que funda tudo a partir de si. Em Spinoza, esse "eu" faz-se deus porque é a única substância. Hegel, absolutiza o cogito e inicia dentro de si a totalidade do ente. O *ego* foi divinizado, absolutizado. Esse *ego* é "vontade de poder", uma vontade de poder que coloca valores, que aniquila valores, que cria valores e que faz tudo a partir de si. Que impõe limites ao *ego*? Nada nem ninguém, porque é incondicionado, indeterminado, absoluto, infinito, divino e natural. Isto foi enunciado por Fichte, Schelling e Hegel. De tal forma que este *ego* incondicionado constitui, por sua vez, o Outro homem como uma idéia.

Ego cogito cogitatum. E o *cogitatum* é o índio, o africano e o asiático; ente constituído a partir da compreensão do ser europeu. Por isso Fernández Oviedo se questiona: "os índios são homens?". E responde: "Sim, os índios são animais racionais, mas se tomaram bestas por seus hábitos". Ser besta é não-ser homem. E então, é um rude ao qual se deve educar. E educar é dar-lhe o dom da "civilização" européia. Será ensinado o catecismo de Trento e, mais tarde, o Espanhol. Se não se impuser o Espanhol em algumas regiões, se impoem suas estruturas culturais de tal maneira que este *ego* se impoe de todas as formas ao Outro, que é o índio. O que acontecerá então? Dá-se um passo a mais. Uma cultura particular, que é a européia, pretende-se "universal", negando, por sua vez, todo valor às outras particularidades. A cultura européia é a cultura universal. Este universalismo não é mais que o universalismo abstrato de uma particularidade que abusivamente arroga para si a universalidade, e que com isto nega todas as outras especificidades e exterioridades das demais culturas. Surge assim o mecanismo pedagógico da dominação cultural. No "centro" está a cultura *imperial*, no sentido mais forte: aquela que impõe, por seu império e vontade, o que é seu. A seguir, aparecerá uma cultura colonial; esta cultura colonial vai-se desdobrar, porque nela haverá uma elite cultural colonial *ilustrada* e um *povo*. O

livro *Los condenados de la tierra* mostra todo o processo da educação de uma elite colonial, de uma cultura ilustrada que vai se reproduzindo entre eles. Vale a pena recordar um texto de Sartre que contradiz seus dois grandes livros como *O ser e o nada* e *A crítica da razão dialética*. Sartre em sua conduta é um "homem dos nossos"; em sua teoria é um europeu moderno que deve ser criticado radicalmente. Neste texto, vislumbra o problema: " A elite européia dedicou-se a fabricar uma elite indígena; foram selecionados adolescentes, foram marcados na testa, com ferro incandescente, os princípios da cultura ocidental, introduziram em suas bocas mordanças sonoras, grandes palavras pastosas que se aderiam aos dentes, após uma breve permanência na metrópole eram trazidos de volta a seu país, falsificados. Essas mentiras vivas não tinham já nada a dizer a seus irmãos; eram um eco; de Paris, Londres e Amsterdã, nós lançávamos palavras: 'Partenon! Fraternidade!' e em alguma parte, na África, na Ásia (na América Latina), outros lábios abriam-se '...tenon! ...nidade!'. Era a Idade Ouro"⁶.

Era a Idade de Ouro porque essa cultura era tida pelas elites coloniais inquestionavelmente como a cultura universal. Havia, então, uma verdadeira Pedagogia da dominação, mas Pedagogia da mediação da cultura ilustrada. Temos, assim, três níveis. O "centro" e, na "periferia", uma elite e um povo. A cultura imperial tem uma metodologia pedagógica, é a "Pedagogia da dominação", como mostra Paulo Freire. Projeta na própria consciência do dominado sua cultura como sendo a única, negando assim a cultura do Outro. Todo um estudo deveria ser realizado sobre a introjeção no colonizado da cultura imperial. Por outro lado, o colonizado produz uma desvalorização de sua própria cultura. Podemos dizer que a cultura de um povo, que não é o mesmo que a cultura *nacional*, começa a ser negada a partir das pautas da cultura do "centro". Quando em minhas aulas na faculdade perguntamos aos alunos um exemplo de uma obra de arte, sempre citam a *Monalisa* e a *Quinta*

6. Prefácio de Sartre ao livro de Franz Fanon, *Los condenados de la tierra* (México, FCE, 1963, p. 7). Ver a obra de Memmi, *Retrato de un colonizado*.

Sinfonia de Beethoven. Então retruco: "Mas vocês não pensaram que em nossa província, Mendoza, há jardins muito belos e que podar vinhedos e parreiras é uma arte? Vocês não pensaram que podiam ter-me dado como exemplo um tango?". Esta arte para eles não tem sentido, não tem valor nenhum. Foram pedagogicamente educados na desvalorização da cultura popular própria. A dependência cultural é primeiramente *externa*. Do império à elite: a elite é minoritária, mas tem o poder: é a oligarquia dependente. Logo há também uma dependência *interna*, que é exercida pela elite cultural ilustrada ao dominar o povo, até por meio das escolas. A elite alienada pretende alienar o povo e, muitas vezes, então, a única garantia desse povo de ser ele mesmo é permanecer analfabeto. Os alfabetizados, por fim, não sabem quem são; sobretudo se cursaram a escola e acreditaram em tudo o que lhes foi ensinado; em especial na escola argentina liberal, que é uma escola de profunda alienação. Dever-se-ia decodificar a ideologia introjetada nos textos primários da escola liberal argentina, onde não apenas se falam das coisas anódinas, mas que é todo o texto estritamente ideológico, porque se ensina e potenciam instituições alienadas e alienantes. As grandes realidades populares são ignoradas em todos os seus aspectos. De tal forma que a educação alienadora dada pela elite oligárquica ilustrada é extremamente planejada, olhando para o "centro" mundial e negando suas próprias tradições, que desconhece. Produz-se assim um aniquilamento de uma *cultura popular*, que seria o que chamo de "facúndico", em benefício do "centro". Por isso Sarmiento é clássico. Ele diz em essência: vem-se duas civilizações; uma, a nossa, e a outra que, sem cuidado do que tem a seus pés, tenta realizar os últimos resultados da civilização européia. Esta é a cidade; esta é a inteligência; esta é a civilização européia. E o que é a outra? É exatamente o que é nosso: a barbárie indígena, a matéria. Esta é a Pedagogia de Sarmiento: o povo é matéria; a elite possui a inteligência, sobretudo a cidade portenha que imprimirá a forma como um molde ao povo, que resiste e é considerado como um *não-ser*. Aqui há uma Filosofia estrita, uma Ontologia explícita. Temos que começar a pensar muitas

novas noções. A *cultura*, primeiro, *popular*, alienada, e daí a questão do povo que tem sido bastante debatida. Entraremos agora em algumas explicitações e nos deteremos neste ponto.

6.1.3.1. A noção de "povo"

A categoria "povo", considerada muitas vezes não como uma categoria interpretativa científica, e menos sociológica, é, em nossa opinião, uma verdadeira categoria de interpretação. Categoria muito mais ampla, ambivalente e, por isso, mais rica que muitas outras. Para isso, recordamos que, por exemplo, a categoria "povo" é muito mais ampla e compreende a categoria "classe". Sabemos que na Filosofia do Direito, para não citar *A política*, de Aristóteles, ou *A república*, de Platão, fala-se das "classes sociais". Hegel, por sua vez, afirma, em sua *Filosofia do Direito*, que "os meios infinitamente variados e o movimento pelo qual se limitam reciprocamente, pela produção e pelo intercâmbio, reúne, por uma universalidade imanente, e se diferencia em massas universais a tal ponto que o conjunto total toma a figura de um sistema de necessidades, de meios e trabalho, de modo a satisfazer necessidades e de cultura teórica e prática; sistemas nos quais se encontram os indivíduos. Tudo isso constitui as diferenças das classes". Estão aqui explicitamente indicados todos os aspectos descritos por Lukács acerca do problema das classes e da consciência de classe. A questão das classes é tão antiga quanto o pensamento filosófico; foi proposta pelos gregos. Marx dá à categoria "classe" uma força interpretativa muito maior, porque mostra a oposição das classes e a toma como instrumento de uma análise econômico-política. Daí sua grande importância. Continuando esta tradição, podemos ver o seguinte: Marx situa-se no nível estrito do horizonte do país, a nação; de tal forma que a única oposição que estuda é a da burguesia e a do proletariado; mas não tem outro horizonte. Por sua vez, Lenin é russo e não alemão, e a Rússia é uma cultura "secundária" com respeito a da Alemanha, de tal maneira que ele se sente *exterior*. Para Lenin, é necessário, primeiro porque é russo e depois porque se situa no

final do século XIX, classificar a relação do "centro europeu" e do mundo colonial. Por isso Lenin escreveu sua pequena obra *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Aqui já não estuda apenas a relação burguesia-proletariado, mas descreve a relação do império e o que é colonizado pelo império. Um terceiro passo é dado dentro desta mesma tradição e se produz já numa cultura estritamente periférica, como a China. Na China é clara a diferença entre o "centro" e a "periferia". Se nós fôssemos buscar entre os textos revolucionários chineses, encontraríamos, com toda precisão, a categoria "povo" no sentido usado, por exemplo, por Kemal Ataturk, Nasser, Gandhi e, na América Latina, por Domingo Perón. É já uma terminologia que surge da contraposição do "centro" e da "periferia".

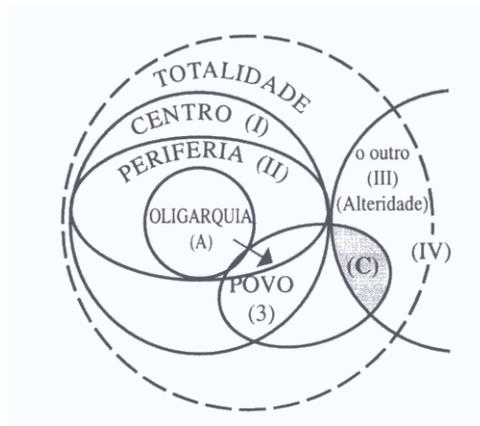
ESQUEMA III



Por isso é que colocamos o povo no centro. O povo tem tres opostos: 1) o império; 2) a burguesia nacional e 3) a burocracia. O povo tem significados diversos ou diferentes, segundo seus opostos. Com respeito ao império, há uma nação (1), e daí que toda a nação se reúne para lutar contra o inimigo da Pátria. Num segundo nível, a burguesia pode-se opor às classes

trabalhadoras e, ao dizer isto, dizemos camponeses, operários e uma quantidade de outros oprimidos. Num terceiro nível ou simultaneamente –sobretudo na China, via-se já a burocracia socialista russa como nova classe no poder – há um processo de fixação, um processo que imobiliza o processo. Avança então uma "reserva escatológica", os jovens da "Revolução cultural". A juventude é o indeterminado no processo de esclerosis social. Uma é a "revolução patriótica" da libertação nacional, outra a "revolução social" da libertação das classes oprimidas e a terceira, a "revolução cultural". Neste último caso dá-se o pedagógico, a juventude e a cultura; aqui há um problema latino-americano concreto. A "classe" está na *nação* (burguesia, proletariado ou classe camponesa), ou seja, é uma categoria que se usa no nível ou no horizonte nacional. Mas há outros níveis de realização ou revolução e, neste caso, a categoria "povo" é infinitamente mais rica e estritamente técnica. Com respeito a isto, entendo-se por "*povo*" a *pólis* grega ou a cidade ou nação hegeliana, então oculto o autentico sentido de povo. Porque na categoria "povo" deve-se incluir em seu significado um momento essencial: a *exterioridade* (C) do povo, questão que nestes dias de discussão não se viu ainda.

ESQUEMA IV



Se tomarmos um sistema (II) onde houver um opressor (A) e um oprimido (B), podemos chamar o oprimido de *povo*. Mas enquanto oprimido, é alienado e, enquanto alienado, introjetou o sistema – nível (B). Portanto, fará uma greve para ter melhor salário e, uma vez recebido o aumento de salário, terminará a greve. No fundo, introjeta o valor supremo do sistema quando ganhar mais dinheiro. Mas o povo não é apenas isso. "Povo" é também um resto escatológico (nível C) que é o Outro (III) diverso ao sistema (II) e que a partir dessa exterioridade (C) não só não tentará ser dominador do sistema (II), mas tentará um novo sistema (IV).

O dominador tende a dominar o sistema, a totalidade, que é o fruto de um processo de libertação anterior que o levou ao poder. Por isso, o dominador não pode senão pensar que o passado foi melhor: tudo o que ocorreu no passado foi melhor e todo o futuro é arriscado para seu poder e sua dominação. Sempre ao longo de toda a História humana, o futuro é do oprimido, porque é exterior ao sistema (C), é aquele que não tem nada a perder, porque simplesmente não possui nada (B). É ele quem aspira a um *novo* sistema (IV) onde possa viver como em sua casa. Por isso, todos os processos de libertação são feitos a partir *da base* oprimida para um novo sistema (IV) que questiona a eternização do sistema vigente (III). O sistema (III) pretende sua eternização, diviniza-se. Entre nós, utiliza-se a terminologia da "civilização ocidental e cristã". É a divinização anticristã de um sistema que se sacraliza e por isso é estritamente correto dizer, em termos cristãos, que a crítica de toda crítica começa pela crítica da religião do sistema divinizado. Isto é, o ídolo deve ser negado para que o sistema possa avançar, porque se o sistema é sagrado, como poderá ser trocado por outro melhor? Este é o ateísmo dos profetas quando, por exemplo, queimavam-se os Baais que não falam, nem ouvem, nem protestam porque "têm boca e não falam, orelhas e não ouvem, olhos e não vêem". Por isso se diz que a crítica de toda crítica começa pela crítica da religião do sistema, do ídolo. Isto é a ortodoxia metafísica mais clara. Para ser um bom cristão, deve-se ser um bom ateu do ídolo, do "deus dinheiro", por

exemplo. É evidente que uma libertação cultural, como processo futuro, tem que se apoiar na cultura dos povos. Não teremos categorias demais encobridoras e que não nos permitem descobrir realmente de que se trata quando se fala de *cultura popular*? Há sociólogos que enfatizam a consciência mítica a-histórica do povo. Estas são categorias européias. Quem disse que é mítica e a-histórica? Será que nos so povo não tem uma *memória histórica* claríssima? Quando escolhe algo, não escolhe algo muito melhor que os comprometidos com o sistema? A cultura ilustrada nacional, fossilizada, está interessada em que o processo não se realize. Estas pessoas escolherão, por necessidade, contra a libertação, contra a história; enquanto que o povo oprimido é livre, porque é *pobre* e como é pobre olha para o futuro, não tem nada a perder, porque nada tem.

Há que se considerar seriamente a categoria "povo", destacando que não se trata simplesmente do oprimido, não é tampouco a totalidade do sistema, mas sim a essência do povo – e aqui, claro, o semita enfrenta o grego, Hamurábi contra Homero – a essência do *povo* é a "exterioridade escatológica" que faz com que veja o sistema e diga: "Eles !", mas não se sentia identificado com esse sistema. O povo num certo nível (C) está *fora* do sistema e, ao estar *fora* do sistema, está no futuro; ao estar no futuro é já o homem novo. O homem novo é o povo oprimido mas não, contudo, alienado (B), e sim exterior ao sistema (C), sabendo que tem outras tradições, outra língua, outra cultura, que é considerada pela "cultura ilustrada" como incultura, como analfabetismo, como não-palavra, porque a cultura ilustrada não tem ouvidos para ouvir e, por isso, acredita que o Outro guarda silêncio; mas não, não está silencioso. Nisto teremos que antepor algumas teses sobre o bilingüismo. Porque, se for verdade que o oprimido não domina uma grande quantidade de categorias económicas e políticas do sistema, há *outras* categorias que o sistema não tem e que são o "ponto de apoio" da libertação. São suas tradições concretas por onde a História se cumprirá; o que devemos fazer é potenciá-las. Não caiamos num "espontaneísmo populista", no sentido de que o povo tem já tudo, e está muito bem e é infalível, e o

que ele fizer sempre funciona. Não! Há que se saber discernir entre o pior que o povo tem (B) que é a introjeção do sistema (I). Isto o povo tem e há que saber negá-lo. Mas, por sua vez, o povo tem o melhor (C). Mas quem consegue discernir entre a introjeção do sistema (B) e o escatológico (C)? Aqui é necessária a função crítica, entre outras, da Filosofia. O filósofo é aquele que se comprometeu no processo da libertação e se constituiu por isso, também, como interior ao sistema. Porém, ao mesmo tempo, a partir da *exterioridade* (C), critica a oligarquia ilustrada, mostrando-lhe que é uma sofisticada, ideológica e, por outro lado, incentiva o povo a defender-se, para poder assumir a responsabilidade de ser exterior ao sistema. Esta função é a essência da Filosofia e sem este esclarecimento o povo tampouco se liberta. Pode-se dizer que o povo tem o melhor, mas mesclado e quando o processo de libertação começa, o próprio povo diz às vezes: "Mas estávamos melhor no sistema!". No deserto, o povo disse a Moisés: "Estávamos melhor no Egito!". Pobre Moisés, um pouco mais e ele seria "des-trinchado". Este é o destino do crítico que sempre permanecerá na exterioridade.

6.2. CIÊNCIA, CIENTIFICISMO E POLÍTICA

A Ciência é o mais sutil instrumento de dominação, sobretudo quando se pretende "universal". Não há, em seu sentido real, uma Ciência "universal". As opções pré-científicas são essenciais para a Ciência e estas são políticas, humanas, culturais. Faremos uma pequena demonstração para que possamos observar isso no caso da Matemática.

6.2.1. *Condicionamento político da Ciência*

Os matemáticos pretendem que a Ciência Matemática tenha um desenvolvimento intemo de seu discurso por "necessidade", de tal maneira que se chegarmos à conclusão A, dela se depreende a conclusão B, e dela a conclusão C. A conclusão

C é "universal", necessária e válida para todos. Mas esta conclusão C é para a Ciência neopositivista um objeto abstrato de um universo "separado", ideal. Antes da Ciência, está a "cotidianidade", e depois da Ciência está o "projeto" da Ciência. E entre os dois (o mundo cotidiano e o projeto) está a Ciência. Quando queremos estudar Matemática, não o fazemos por razões matemáticas, pois ainda não as conheço; se as conhecesse, seria matemático. O estudante escolhe Matemática porque gosta de números, pois seu pai era açougueiro e com "os números" conseguiu fazer bons negócios. A "vocação" é *pré-científica*. A vida cotidiana de uma época dá o projeto a Ciência. A Ciência, então, está condicionada por uma cotidianidade que ainda funda seus axiomas. Os axiomas da Ciência não são universais nem eternos, são *culturais*. Quem disse a Aristóteles que existiam esferas e que as esferas astronômicas eram divinas e eternas? Toda a Astronomia grega trabalhava a partir das esferas. Era uma *fé* "cultural". Fazemos tudo isto ainda hoje; além do mais, em Física ainda há *fé* "cultural", porque há uma quantidade de questões que de forma nenhuma são demonstradas. O axioma por essência não é demonstrável. O axioma é aceito porque é digno (*axios*) de ser aceito como uma evidência "cultural". Então, trabalhando um capítulo de Matemática, chegamos a conclusão A. O que ocorre depois de A? É que de A, muitas conclusões podem ser possíveis (A', A'', A''' etc.). Mas acontece que os russos lançaram um satélite e ficamos para trás. Então, por interesses políticos, embora não passem de "*propagandísticos*", para que ao mesmo tempo continuem acreditando que os Ford e os Chevrolet que vendemos são bons, então, é preciso também lançarmos um satélite. Lançamos assim toda a Matemática com as possibilidades A', A'', A''' etc. numa linha (A''), porque nos interessam apenas os satélites; porque *decidimos* politicamente lançar a Ciência nesta linha precisa. Ao chegar a uma conclusão, podemos encontrar novas e variadas aplicações (B', B'', B'''), mas por interesses militares, vamos buscá-las num sentido preciso (B'''), Quando os satélites não interessam, tomamos como grande tema a poluição ambiental, e descobrimos que há falta de oxigênio.

Então o dominador diz ao povo oprimido: "Quietos!", para que possam consumir até seu oxigênio. O povo chegará ainda a ser explorado até mesmo em seu oxigênio. Sim, há Ciência, mas esta vai, no entanto, escolhendo os capítulos de suas amplas possibilidades por opções políticas, econômicas e culturais. Acontece então uma tragédia: um professor na cultura dependente, para poder ensinar na universidade, ver-se-á obrigado a ir ao "centro" para estudar Matemática com um mestre em Paris. Estudará a Matemática do "centro". Tempos depois, retorna a província argentina de Catamarca e percebe que a Matemática que estudou não resolve o problema de Catamarca. Mas ele defendeu seu doutoramento e estudou durante sete anos a Matemática num certo sentido e, de volta a Catamarca, nota que isso não funciona em sua cidade. Pensa então começar a trabalhar certos capítulos de Matemática aplicados a sua região. Mas seriam necessários seis ou sete anos para trocar toda a sua metodologia para produzir um pequeno trabalho. Escreve assim um artigo científico, mas quem irá publicá-lo? Pede a seu grande mestre em Paris que o leia, mas este responderá: "Mas, isso não tem sentido algum. Este tema não nos interessa de forma alguma, não está na moda". Então, heroicamente, o texto é reproduzido em mimeógrafo para seus alunos da escola secundária de Catamarca. Quando chega o momento de um concurso, o oponente vem com seus *papers* e artigos de Londres e ele, com seu trabalho mimeografado em Catamarca, perde assim o concurso. Esta é a dependência cultural prática! Isto ocorre em Filosofia e em todas as Ciências! Uma dependência em todos os níveis, ainda no mais prático, que é como se chega à cátedra de professores universitários ou a membro da carreira de pesquisador no CNICT. Vejamos como a dependência cultural penetra até os lugares mais íntimos, até os próprios tribunais. As pessoas resignam-se, então, repetindo a Ciência do "centro". O Conselho de Pesquisas Científicas paga a cientistas que economizam dinheiro para o "centro", já que as conclusões de nossos cientistas industrializam-se na América do Norte que depois nos vende mais caro seus produtos. Esta é a dependência, ainda no mais abstrato nível, o da Matemática.

O que dizer quando entramos na Filosofia, na qual o sábio do sistema fala do ser e do não-ser e faz crer que isso é a Filosofia! Enquanto isso, passa sobre toda a realidade concreta que pisoteia sem moralidade alguma. A Filosofia, que é a própria crítica de *toda* realidade, evapora-se; é a sofisticada e esses são os sábios, como os gregos, que em essência dizem: "Não, o não-ser não é verdade; se o bárbaro fala, fala o não ser, e enuncia por isso o falso; se diz o falso, com voluntária obstinação mente; e antes que continue mentindo, mata-o o herói dominador fazendo uma grande obra pátria e recebendo *todas* as honras". Isto é o que fazem os conquistadores, esta é a Ontologia guerreira que devemos denunciar.⁷

6.3. CRIAÇÃO E LIBERTAÇÃO DA CULTURA POPULAR

Há, então, um povo pobre, oprimido pelo sistema. Povo oprimido pode ser toda a "nação" com respeito ao "centro"; pode ser também o trabalhador com respeito a uma burguesia ilustrada nacional; pode ser uma juventude negada considerando-se como indeterminação ou "resto escatológico" e que não está comprometida com o sistema; podem ser as províncias ou os estados com respeito às capitais nacionais que também roubam as províncias em todas as partes da América Latina: Guatemala ou México, Bogotá ou Medellín, La Paz, Santiago, Buenos Aires. Estes são "povos intemos" que também oprimem nossas pátrias. Este povo oprimido, em todos os sentidos, embora muito precisos – já não é nada ambíguo, embora depois no debate possamos precisar mais – vá gerando nova cultura; não só aprendendo ou introjetando a cultura do opressor já que isto não é criação de cultura senão imitação e negação de cultura. O povo foi criando uma cultura como *exterioridade* do sistema imperante.

7. O tema da *ciência* não pode ser exposto cora a devida extensão.

6.3.1. *O povo pobre e a cultura criada*

Contra a vontade hispânica, foi nascendo uma vontade crioula. Em oposição a oligarquia nacional e depois à liberal, nosso povo continuou a criação de sua cultura, resultando daí casos paradoxais: o índio foi oprimido pelo espanhol e a evangelização foi um processo de aculturação, de dominação religiosa. No império inca, celebravam-se as festas do Ano Novo, ou melhor, do Sol Novo, em 21 de junho, festejando-se em Cuzco o nascimento do sol. Era o dia mais curto do ano e acreditava-se que num dia 21 de junho, o sol não mais nasceria, e por isso era preciso adorá-lo de uma forma especial para que tomasse a nascer a cada ano. Esta é exatamente a festa de Natal, porque na Europa era também a festa pagã do nascimento do sol e os cristãos a "batizaram" e fizeram com ela o Natal. Não pensem que Cristo nasceu em dezembro; e sim que esta é uma festa litúrgica pagã. Porém, com a chegada dos espanhóis ao hemisfério sul, fizeram-nos festejar o Natal quando o sol está em seu máximo, em dezembro; suamos como loucos, mas ainda festejamos o nascer do sol, mesmo estando em pleno verão. Por sua vez, a festa da Páscoa, que é a festa da primavera, era festejada no hemisfério norte em março, mas fizeram com que a festejássemos em março, durante o outono, quando a natureza morre. Podemos falar de uma opressão litúrgica, nossos índios ficaram como que sem religião, porque a que tinham foi destruída e não lhes deram outra. Este é um processo de aculturação. Mas depois, como em geral os liberais eram anticatólicos, não viveram jamais o processo cultural do povo e tampouco o processo de evangelização desse povo. Assim, enquanto não recuperarmos este processo e continuemos criticando-o superficialmente, não entenderemos a América Latina. O paradoxo está em que no tempo colonial introjetou-se a cultura hispânica importada, mas, pouco a pouco, esse catolicismo transformou-se na própria cultura do povo. Primeiro, esse povo se opôs à burocracia hispânica e depois à oligarquia nacional. E por isso não causa estranheza que o padre Hidalgo** tenha

** N. T.: Padre Hidalgo y Costilla (1753-1811), considerado pai da independência mexicana, aceitou chefiar o movimento revolucionário que

feito o único exército realmente revolucionário na América Latina e que fracassou devido a condições muito particulares. Foi um exército de índios: "a terra para os que a trabalham", após a imagem da guadalupana. Há portanto uma simbologia religiosa, libertadora e latino-americana. E por isso Kemal Atatürk voltou-se ao Islã, Gandhi as tradições hindus e Mao Tsé-Tung à cultura popular. Vale ler o texto *A nova democracia*, em que Mao afirma que "a antiga cultura popular tem o essencial do revolucionário". O próprio Mao volta à tradição *nacional* popular chinesa.

Um projeto revolucionário sem símbolos e sem mitos é um projeto revolucionário antipopular, destinado ao fracasso. A partir deste nível, devemos pensar a experiência de Salvador Allende. Há graves questões que não foram formulados nos projetos de libertação popular. Hugo Assmann escreveu um interessante artigo sobre "a mais-valia simbólica".⁸ O povo produz símbolos; também a oligarquia pode se apropriar deles. Se um projeto revolucionário não é simbólico ao nível concreto da crença de nosso povo, nunca poderá ser realmente revolucionário nem popular. A cultura popular, nascida da exterioridade do sistema, é real, é nossa, mas ela é ignorada, negada e considerada analfabeta: sua simbologia não é compreendida. Há um interessante trabalho de Guillermo Gutiérrez, *Cultura popular y cultura ilustrada*. Neste trabalho, ele critica, primeiro, a análise puramente "folclórica" da cultura popular. A cultura popular não é apenas folclore, mas também não é a "cultura proletária" de Trotsky, porque não se trata do proletariado, de um grupo "universal". Um operário da Citroën na França não é igual a um operário em Buenos Aires. Quando o operário da Citroën solicita aumento de salário, no fundo quer que o capitalismo francês funcione e que as colônias sejam mais exploradas. Assim, há uma contradição qualitativa entre o prole-

em 16 de setembro de 1810 deu início à Revolução mexicana. Liderando um exército formado por indígenas, conquistou diversas vitórias, porém, após ser derrotado pelas forças espanholas, foi processado e fuzilado em Chihuahua.

8. "El cristianismo, su plusvalía simbólica", in *Cuadernos de la realidad nacional* (Santiago, 12, 1972, pp. 154-180).

tariado do "centro" e o da "periferia", porque não existe ainda hoje uma cultura universal proletária. Neste momento, há uma diferença real e objetiva entre o império, o centro e a periferia de tal forma que ali devem-se fazer correções fundamentais, pertinentes à cultura proletária. Tampouco seria a "cultura da pobreza" do economista W. A. Lewis. A questão é outra. Trata-se de uma *criação cultural* que se expressa em diversos níveis da arte popular, música popular, língua, tradição e símbolos que muitas vezes, embora não do todo, são captados pelo folclore. Porque deve-se considerar que na cultura popular estão dados todos os elementos sincreticamente fundidos. Por um lado, está o sistema introjetado, por outro, está igualmente o mais crítico do sistema. Daí que a poética ou a literatura podem ser uma vez cúmplices e, outra vez, podem ser realmente libertadoras. Quando Pablo Neruda, por exemplo, propõe todo o esboço de uma nova realidade futura, trata-se de uma poética libertadora. Por outro lado, quando Jorge Luis Borges em Buenos Aires, não sem razão, dá as costas ao que está além da avenida General Paz, quando olha para o "centro" e propõe uma "poética universal", nesse momento trata-se de uma poética abstrata, mas no pior sentido da palavra, porque, de fato, está comprometida com o sistema. Além disso, seria preciso saber discernir tudo isso no folclore. Por exemplo, se tomarmos o exemplo do tango *Margot*, de Celedonio Flores, de 1918, descobrimos um verdadeiro tango de crítica social. Margarita vivia num bairro de periferia, num cortiço; mas Margarita vendeu seu corpo a um rapaz do "centro" de Buenos Aires, um aristocrata e oligarca, para poder subir e viver. É todo um erotismo que é, ao mesmo tempo, uma crítica social, porque retrata a estrutura da "periferia" de Buenos Aires, onde o rapaz pobre é quem grita – e por isso o tango é tão triste – que lhe roubaram o seu amor. E Margarita chama-se "Margot", a prostituta do homem do "centro". O homem do "centro", que por sua vez exige que sua mulher oligarca seja virgem, dá-se à prostituição com a mulher do povo, "prostituindo-a". Ali há um protesto profundamente social. Essa é a arte popular crítica libertadora. Porém depois, o tango se adoça, e se reveste dos modos do sistema e canta questões "universais", para dar âni-

mo, para ensinar a viver dentro do sistema: é o ópio. Temos que começar a discernir, então, o que nessa cultura há de crítico e o que há de comprometido; calibrar toda essa estrutura. Mas, além disso, e é muito importante, esse povo não apenas cria símbolos, obras, mas também têm *compromissos históricos e políticos*; está longe de ter uma consciência mítica e a-histórica; mas tem *memória*. O que ocorre é que essa memória do povo funciona num ritmo que não é tão acalorado, atualizado e colocado como o da elite ilustrada. Cresce como as plantas; tem que esperar a primavera para crescer e não pode crescer em qualquer momento com adubo ou fertilizantes; sabe esperar. Possui um ritmo que parece a-histórico. Acontece como nas profundezas das correntes marinhas, onde vão se dando os acontecimentos que passam despercebidos para o superficial, o povo vai amadurecendo. Cultura popular é o fruto do compromisso e da história do povo. Também está sua economia e sua política. Não domina os sistemas econômicos vigentes, no entanto sofre o sistema econômico-político. A memória popular "recorda" quem é aquele que explora o povo, quem é que "suga seu sangue". E percebe que quando alguém diz "tudo vai muito bem!", e es se alguém é quem o explora, então murmura: "tudo vai muito mal!". O povo não engole tão facilmente a propaganda, a televisão e tudo o mais. Engole em parte. Mas em parte, também, cria antídotos e anticorpos. Se não o auxiliarmos, as coisas podem terminar absolutamente mal: aí está a consciência crítica. Por isso, as revoluções autenticamente populares assumem a simbologia da cultura popular .

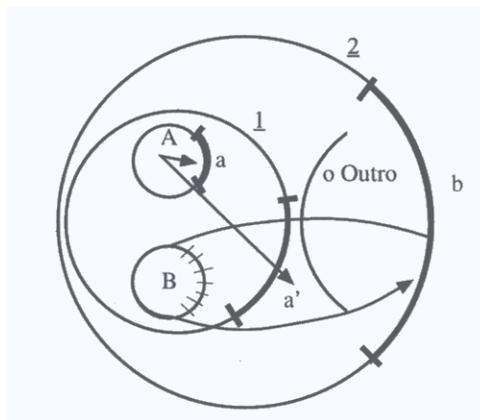
A cultura da pobreza popular, longe de ser uma cultura menor, é o centro mais "incontaminado" e "irradiativo" de resistência do oprimido contra o opressor.

Há que saber partir exatamente desse nível para poder realizar um processo criativo de libertação, e não meramente imitativo ou expansivo-dialético "do mesmo" que cresce como "o mesmo", que seria simplesmente a conquista. Para criar algo novo, há que se ter uma palavra nova, a qual irrompe a partir da exterioridade. Essa exterioridade é o *próprio povo* que, embora pareça estar todo no sistema, é na verdade estranho a ele.

6.4. PROJETO DE LIBERTAÇÃO CULTURAL

Tudo isto pende da contraposição de dois projetos: há um projeto cultural *vigente* e, ao mesmo tempo, há um projeto de *libertação* cultural que é sempre "popular". O projeto *vigente* de um sistema é o de uma certa oligarquia cultural ilustrada que tem um projeto para o qual tende todo seu esforço. No final do século XIX, Sarmiento expos parte do projeto do Estado liberal ilustrado.

ESQUEMA V



O projeto do grupo dominador (a) impõe-se a totalidade do sistema (a'): a é a'. O projeto do povo (b) concreto e oprimido é negado pelo sistema. Por isso o personagem Martín Fierro afirma: "em minha ignorância, sei que nada valho" – expressão paradoxal. Fierro se nega, deixa-se como o *não-ser* dentro do sistema. Fierro é o homem da fronteira, a carne de canhão e nada mais.

Há, então, um projeto vigente de cultura (a-a') que se impõe à totalidade do sistema, seja imperial, nacional ou provinciano. Este sistema vigente deve ser interpretado como a imposição de um certo grupo que em seu tempo também foi

minoría oprimida: era a oligarquia crioula, oprimida pela burocracia hispânica. Graças a Bolívar, San Martín e tantos outros heróis nacionais, conseguiu-se expulsar a burocracia hispânica e permitiu-se que a oligarquia nacional tomasse o governo. O povo, oprimido, não tem acesso ao poder. Em quase nenhuma de nossas pátrias latino-americanas o povo toma o poder; se o faz numa pequena ilha, como em Cuba, entra num beco sem saída, que se tomou dependente hoje da União Soviética.*** Assim, já que o problema da dependência se dá em todas as partes, um grande herói presente é aquele que disse, em 1963, que Cuba é dependente da União Soviética, e depende como qualquer outra das colônias capitalistas. Com isto firmou sua sentença de morte. Porque era preciso escolher entre um modelo de libertação total, o que levaria Cuba à morte, ou a aceitação da dependência da União Soviética. Não se pode escolher. A ilha, então, tomou-se dependente da União Soviética, esperando entrar no processo de libertação de todo o continente latino-americano. Enquanto isso está à espera; Cuba não pode se libertar sozinha. Mas é possível que haja muito mais avanço que em outros de nossos países. De qualquer forma, aí está também a dependência da União Soviética, embora a dominação dos Estados Unidos ou Europa seja maior. Este projeto vigente e cultural inclui a dependência externa e a inclui como seu próprio ser. Aí estão em nossos programas da televisão o caubói, *Superman* e *Batman*; todos estes filmes que nossos filhos assistem todos os dias desde que nasceram. Por que são tão perigosos? Porque são ideológicos. Quem é o caubói? É um herói que se opõe ao "bandido". Quem é o "bandido"? O ladrão. O que faz o ladrão? Rouba. O que rouba? A propriedade privada. Por que? Porque o ladrão roubou do banco o dinheiro guardado pelos conquistadores da terra dos índios. Então, vem o "mocinho" ou a "mocinha" e recuperam a propriedade privada, devolvendo-a ao banco. É uma ideologia do capitalismo burguês de propriedade privada. O *Superman* faz o mesmo, com a força de seus punhos, que não têm nada de racional: ataca os ladrões e recupera o dinheiro. O *Superman*

***. N. T.: Recordamos que o texto foi escrito em 1973.

nunca terminou com uma guerra, nunca fez crescer trigo para os pobres, mas luta contra os que roubam. Esta é a ideologia que nos é "enviada" por todos os lados. O mesmo ocorre com "Patoruzú" e que é ainda pior que todos os personagens importados. Patoruzú é uma ideologia de mascaramento da oligarquia latifundiária. Como um índio pode possuir algo na Argentina? Não possui nada já que lhe tiraram tudo em inúmeras "campanhas do deserto". Observem que paradoxo: de repente, um latifundiário que é portenho, veste a máscara de índio e começa a se passar por muito simpático. Como um índio pode viver em Buenos Aires e possuir a Patagônia? Esta é uma imagem do latifundiário portenho que o autor da história declara de forma inocente. A quem Patoruzú protege sempre? Justamente o habitante do centro do país, Isidoro. É uma história muito popular, mas muito ideológica e contraditória, que vai contra nossas tradições realmente populares.

Coisa muito diferente é o projeto de *libertação cultural popular* (b), latino-americano, porque este projeto, como futuro, não é mais do que aquilo a que tende um povo oprimido. É o projeto concreto, preparado na escuridão, por um povo que tende sempre a um novo projeto histórico de um novo sistema. De um passa-se a dois. A negação do projeto imperante (a-a') dá lugar a um novo projeto histórico (b). Este novo projeto histórico não é mais que o projeto de um povo, equivocadamente mesclado com a própria alienação no sistema. O discernimento do que se está dando e a formulação desse projeto é a tarefa do intelectual, homem comprometido. O intelectual é aquele que cumpre a função de ser o pensar estratégico do povo. Do contrário, caímos num espontaneísmo cabal. Às vezes, cai-se nos maiores equívocos, porque embora se usem "palavras" muito populares, permite-se de fato que a oligarquia assegure com mais violência seu próprio projeto dominador. E por isso, nossa pátria está justamente no fio da navalha. Tomara que a oposição "classes oprimidas-burguesia" não seja negada em benefício da nação burguesa diante do império (e no fim das contas com ele) e que a juventude não seja negada e, de repente, a libertação nacional também não seja possível porque

a burguesia nacional, a burocracia, os tecnocratas, tenham que defender o império. Por isto, é muito necessária a crítica do filósofo também no processo.

Esta é justamente nossa função. O projeto de libertação (b) não se dá assim com tanta facilidade. É preciso lutar por ele. Por isso morreram nossos heróis e por ele deve também comprometer-se a Filosofia.

Este projeto tem um conteúdo novo que se revela para aquele que escuta: o povo oprimido, povo que se chama bárbaro. É o *polloi* de Heráclito, o *não-ser*. Heráclito nega valor ao vulgo, às pessoas. A Ontologia grega é absolutamente aristocrática, enquanto esses *polloi* ("os mais") são os que tem a verdade e não os que têm o único *logos*. Porque esse vulgo não é meramente "vulgo". Se lermos o § 301 da *Filosofia do Direito*, veremos que Hegel pensa como Heráclito: afirma que o povo ou os marginalizados são o indeterminado, porque não é possível racionalizá-lo. O que não entra no sistema é o irracional com respeito à *razão* do sistema. Na verdade, o povo tem uma racionalidade diferente e nova. Nossa responsabilidade é a de saber criar ainda as categorias que nos permitam descobrir esse processo. Aqui estaria então todo o problema da juventude e da revolução cultural latino-americana.

Em 1968, 400 jovens universitários mexicanos foram violentamente assassinados. Octavio Paz, no pequeno livro *Posdata*, relata que: "no final de setembro, o exército ocupou a Universidade e o Instituto Politécnico. Diante da reprovação provocada por esta medida, as tropas desocuparam o espaço das duas instituições. Houve um alívio. Esperançosos, os estudantes celebraram uma reunião na Praça de Tlatelolco, no dia 2 de outubro. Concluído o encontro, no momento em que os participantes se preparavam para deixar o lugar, a praça foi cercada pelo exército e começou a matança. (...) No dia 2 de outubro de 1968, terminou o movimento estudantil. Também terminou uma época da história do México. (...) O governo retrocedeu a períodos anteriores da história do México: agressão é sinónimo de regressão. Poi uma repetição instintiva que

assumiu a forma de um ritual de expiação, (...) o regime mostrou que não podia nem queria fazer um exame de consciência. Sem crítica, e sobretudo, sem autocrítica, não há possibilidade de mudança".⁹

Pode-se interpretar esta visão como poética, mas o poeta é freqüentemente profeta. Há também outras pátrias latino-americanas nas quais se produziu a imolação da juventude e não faz muito tempo. Deve-se ter muito cuidado, pois tomara que não seja necessário adotar um atitude filosófica crítica para ver com clareza o que ocorre, sem antecipar-se, mas percebendo que também podemos tomar o caminho equivocado. De repente, como Heidegger, tempos depois, poderíamos notar que adotamos atitudes erradas no processo. Devemos abrir bem os olhos' Devemos adotar categorias que nos permitam mantermo-nos lúcidos em meio à correnteza, na qual há que se estar bem no meio, para que nos arraste, mas, ao mesmo tempo, não podemos nos deixar simplesmente levar para qualquer lado. Nisto, então, a Filosofia é racionalidade histórica e nova, que se deve saber usar pelo *povo dos pobres*.

9. PAZ, Octavio, *Posdata*, México, Siglo XXI, 1973, pp. 37-40.